



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça de Jaguapitã

Ofício nº 447/2019

Jaguapitã, 18 de outubro de 2019.


Ref.: Procedimento Administrativo nº MPPR-0071.19.000381-5

Senhor:

Cumprimentando-o(a) cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar Recomendação Administrativa, para ciência.

Sendo o que se apresenta para o momento e colocando-me à disposição para esclarecimentos adicionais, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**Amanda Ribeiro dos Santos**  
Promotora de Justiça

Senhor,  
Diego Almeida Madeira  
Presidente da Câmara de Vereadores de Jaguapitã  
Jaguapitã – PR  
CEP 86.610-000

*Conte distribuir aos  
vereadores, office a prefeitura  
para que nos responda sobre  
a recomendação administrativa  
acima. 21/10/19*

Câmara Municipal de Jaguapitã  
Rua Amazonas nº 60 - Jaguapitã-PR  
CNPJ: 01.724.513/0001-08

18/10/2019 16:27  
Protocolo: 115/2019

  
André Mello  
Oficial Legislativo

*Reg: 054/2019*

Promotoria de Justiça da Comarca de Jaguapitã/PR  
Avenida Minas Gerais, 191 – Centro (Fórum), CEP 86.610-000, Jaguapitã-PR  
Telefone: (43) 3272-1755; e-mail: jaguapita.prom@mppr.mp.br





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça da Comarca de Jaguapitã

## RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

Procedimento Administrativo MPPR-0071.19.000381-5

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da Promotora de Justiça titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Jaguapitã, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 127, *caput*, combinado com o artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal; artigo 120, incisos II e V da Constituição do Estado do Paraná; Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica do Ministério Público); artigos 57, inciso V e 58, inciso VII da Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná (Lei Complementar n. 85/99);

**CONSIDERANDO** o contido no artigo 127, da Constituição Federal da República, que dispõe que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

**CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 129, II, da Magna Carta, e 120, II, da Constituição do Estado do Paraná, que atribuem ao Ministério Público a função institucional de “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia”;

**CONSIDERANDO** a disposição do artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, requisitando ao

apv

2





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

*Promotoria de Justiça da Comarca de Jaguapitã*

destinatário adequada e imediata divulgação;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal dá prioridade às ações preventivas em saúde, em seu artigo 198, inciso II;

**CONSIDERANDO** o disciplinado no artigo 196, da Constituição Federal, que preconiza ser *"a saúde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*;

**CONSIDERANDO** o contido no artigo 197 da Constituição Federal, ao dispor que *"são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle"*;

**CONSIDERANDO**, neste sentido, o teor do ofício circular n. 24/19 – CAOPSAU, versando sobre solicitação de apoio formulada pela Secretaria de Estado e Saúde com intuito de reforçar a alguns municípios a busca ativa e o acompanhamento de indivíduos que tiveram contato com pacientes portadores de hanseníase, visando romper a cadeia de transmissão da enfermidade;

**CONSIDERANDO** que o referido Ofício Circular aborda que a hanseníase é uma doença infecciosa e crônica, merecedora de atenção devido ao seu potencial de contágio e capacidade de gerar incapacitações físicas graves e permanentes;

**CONSIDERANDO** também que o gestor estadual, por intermédio do ofício n. 1641/2019/GS/SESA, atualizou o panorama da hanseníase no estado, oportunidade em que verificou que as incapacidades

de

3





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça da Comarca de Jaguapitã

físicas tipo 2, ocasionadas pelo diagnóstico tardio, são a principal dificuldade no combate ao Mal de Hansen e que embora bastante severa em seus efeitos, a enfermidade é tratável, ainda no âmbito da Atenção Básica, desde que precocemente diagnosticada;

**CONSIDERANDO**, por fim, que da análise do resultado final da campanha "HORA H PARA AVALIAR CONTATOS", verificou-se que o Município de Jaguapitã teve 42 (quarenta e dois) contatos registrados no SINAN, não havendo avaliação dos contatos, pelo que consta a proporção 0,0 na tabela encaminhada, enquanto a meta era avaliar 80% (oitenta por cento) dos contatos registrados;

## RECOMENDA

ao Senhor Prefeito e ao Secretário Municipal de Saúde do Município de Jaguapitã para que, em cumprimento às disposições legais mencionadas e, em vista das circunstâncias ora apuradas, adotem todas as providências necessárias para efetuar a busca e avaliação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos contatos notificados de hanseníase, com intuito de romper com a cadeia de transmissão da enfermidade, tais como:

I – **divulgar** informações à população sobre os sintomas, diagnóstico e tratamento da doença, bem como, as consequências relativas ao diagnóstico tardio e a não investigação dos contatos (os impressos já foram distribuídos pela SESA);

II – **realizar** atividades permanentes de educação em saúde em salas de espera das unidades básicas, escolas, eventos públicos, etc.;

2

4





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

*Promotoria de Justiça da Comarca de Jaguapitã*

III – **garantir** que os profissionais de saúde das unidades básicas realizem o curso online/EAD do Ministério da Saúde – Hanseníase na Atenção Básica, disponível por meio eu endereço: <https://www.unasus.gov.br/cursos/curso/45292>.

Ressalta-se que, o curso tem como objetivo capacitar os profissionais para atendimento às pessoas acometidas pela hanseníase, especialmente os que atuam na Atenção Básica. O público-alvo são os profissionais de saúde de todo país, contudo, o curso é livre para demais interessados.

Assim, assinala-se **o prazo de 20 (vinte) dias** para que a autoridade mencionada comunique ao Ministério Público quanto à adoção das providências adotadas.

Assevera-se que o não cumprimento da presente, sem justificativas formais poderá levar ao ajuizamento das ações cíveis cabíveis, inclusive para responsabilização por infração em tese ao artigo 11, inciso I, da Lei n. 8.429/92, sem prejuízo da adoção de outras providências pertinentes.

**Dê-se ciência, por ofício, à Câmara de Vereadores e ao Conselho Municipal de Saúde de Jaguapitã/PR.**

Jaguapitã/PR, 16 de outubro de 2019.

*AMANDA RIBEIRO DOS SANTOS*  
*Promotora de Justiça*

5